



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular n° 111/2024

Brasília (DF), 26 de março de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Assunto: Envia o relatório do III Seminário Integrado do GTPCEGDS do ANDES-SN

Companheira(o)s,

Encaminhamos o relatório do **III Seminário Integrado do GTPCEGDS do ANDES-SN**, realizado nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2023 na Sede da ADUFS-SE.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Annie Schmaltz Hsiou
3^a secretária



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

RELATÓRIO III SEMINÁRIO INTEGRADO DO GTPCEGDS ANDES-SN

Dia 24 de novembro de 2023

Local: Sede da ADUFS-SE

Presentes da Coordenação: Caroline Lima, Leticia Caroline, Annie Schmaltz Hsiou, Gisvaldo Oliveira, Helga Martins (**Diretoria ANDES-SN**)

Presentes das Ssind: Marinalva Vilar de Lima (**ADUFCG**), Celeste dos Santos Pereira (**ADUFPEL SSIND**), Cátia Gemelli (**SINDOIF S. SIND**), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (**ADUNB**), Simone Aparecida Lisniowski (**ADUNB**), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (**ADUSB**), Maria Cecília Sousa de Castro (**ADUFF**), Sérgio Ricardo About Dutra (**ADUFF**), Rita Patta Rache (**APROFURG**), Angélica Miranda (**APROFURG**), Marcia Umpierre (**APROFURG**), Guilherme Dornelas Camara (**ANDES/UFRGS**), Kathiúça Bertollo (**ADUFOP**), Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (**ADUSC**), Marcelo da Silva Lins (**ADUSC**), Edivania Santos Alves (**ADUFPA**), Lucia Isabel da Conceição Silva (**ADUFPA**), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (**ADUFPA**), Amanda Bezerra de Sousa Pino (**ADUFC-SINDICATO**), Luciana Barbosa Amâncio (**ADUFPI**), Livia Jéssica Messias de Almeida (**ADUFS-SS (SE)**), Shirey Silveira Andrade (**ADUFS-SS (SE)**), Romero Alves de Melo (**ADUFS-SS (SE)**), Zozinha M Rocha de Almeida (**ADUNEB-BA**), Helena Martins (**ADUFC**), Geraldo Backer (**ADUFS**), Elisangela de O (**ADUFPB**), Saulo E.V. Marciel (**ADUFPB**), Jacyaras.S (**UFES**) Edson (**ADUFPB**) Jorgetânia (**ADUFU**), Patrícia (**ADUFU**), Iguatemi Santos Rangel (**ADUFES**), Chiara Ermínia da Rocha (**ADUFS**), Márcia Alexandra Rocha (**ADUFS**).

Dia 25 de novembro de 2023

Manhã

Presentes: Marinalva Vilar de Lima (**ADUFCG**), Celeste dos Santos Pereira (**ADUFPEL SSIND**), Cátia Gemelli (**SINDOIF S. SIND**), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (**ADUNB**), Tiago Sebastiano de Melo (**ADUNB**), Simone Aparecida Lisniowski (**ADUNB**), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (**ADUSB**), Maria Cecília Sousa de Castro (**ADUFF**), Sérgio Ricardo About Dutra (**ADUFF**), Angélica Miranda (**APROFURG**), Marcia Umpierre (**APROFURG**), Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (**ADUSC**), Marcelo da Silva Lins (**ADUSC**), Lucia Isabel da Conceição Silva (**ADUFPA**), Amanda Bezerra de Sousa Pino (**ADUFC-SINDICATO**), Luciana Barbosa Amâncio (**ADUFPI**), Milena Fernandes Barroso (**ADUFS-SS (SE)**), Shirey Silveira Andrade (**ADUFS-SS (SE)**), Paulo Roberto Félix do Santos (**ADUFS-SS (SE)**), Vera Núbia Santos (**ADUFS-SS (SE)**), Romero Alves de Melo (**ADUFS-SS (SE)**), Francieli Rebelatto (**ANDES-SN**), Zozinha M Rocha de Almeida (**ADUNEB-BA**), Helena Martins (**ADUFC**), Geraldo Backer (**ADUFS**), Elisangela de O (**ADUFPB**), Saulo E.V. Marciel (**ADUFPB**), Jacyara.S (**UFES**), Edson (**ADUFPB**), Jorgetânia (**ADUFU**), Patrícia (**ADUFU**), Iguatemi Santos Rangel (**ADUFES**).

Dia 25 de novembro de 2023

Tarde

Presentes: Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL SSIND), Cátia Gemelli (SINDOIF S. SIND), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (ADUNB), Tiago Sebastiano de Melo (ADUNB), Simone Aparecida Lisniewski (ADUNB), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (ADUSB), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Sérgio Ricardo Aboud Dutra (ADUFF), Angélica Miranda (APROFURG), Marcia Umpierre (APROFURG), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (ADUSC), Marcelo da Silva Lins (ADUSC), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Lucia Isabel da Conceição Silva (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Amanda Bezerra de Sousa Pino (ADUFC-SINDICATO), Luciana Barbosa Amâncio (ADUFPI), Shirey Silveira Andrade (ADUFS-SS (SE)), Francieli Rebelatto (ANDES-SN), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES).

Dia 26 de novembro de 2023

Manhã

Presentes: Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL SSIND), Cátia Gemelli (SINDOIF S. SIND), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (ADUSB), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Sérgio Ricardo Aboud Dutra (ADUFF), Angélica Miranda (APROFURG), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Lucia Isabel da Conceição Silva (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Amanda Bezerra de Sousa Pino (ADUFC-SINDICATO), Luciana Barbosa Amâncio (ADUFPI), Edineia Tavares Lopes (ADUFS-SS (SE)), Livia Jéssica Messias de Almeida (ADUFS-SS (SE)), Josefa de Lisboa Santos (ADUFS-SS (SE)), Vera Núbia Santos (ADUFS-SS (SE)), Jacyara S (ADUFES), Jorgetânia (ADUFU), Patrícia (ADUFU), Zozinha M Rocha de Almeida (ADUNEB-BA), Jacyara.S (UFES), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES).

Dia 26 de novembro de 2023

Tarde

Presentes: Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL SSIND), Cátia Gemelli (SINDOIF S. SIND), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (ADUNB), Simone Aparecida Lisniewski (ADUNB), Tiago Sebastiano de Melo (ADUNB), Carmem Regina de Oliveira Carvalho (ADUSB), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Sérgio Ricardo Aboud Dutra (ADUFF), Rita Patta Rache (APROFURG), Angélica Miranda (APROFURG), Marcia Umpierre (APROFURG), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (ADUSC), Marcelo da Silva Lins (ADUSC), Lucia Isabel da Conceição Silva (ADUFPA), Amanda Bezerra de Sousa Pino (ADUFC-SINDICATO), Luciana Barbosa Amâncio (ADUFPI), Josefa de Lisboa Santos (ADUFS-SS (SE)), Shirey Silveira Andrade (ADUFS-SS (SE)), Vera Núbia Santos



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

(ADUFS-SS (SE)), Lucas Pereira de Melo (ADUSP), Elisangela DE O. (ADUFPB), Saulo E.V.Marciel (ADFPB), Marilene Santos (ADUFS), Jacyara S (ADUFES).

LISTA DE PRESENÇA CONVIDADOS – III Seminário Integrado

Presentes: Ângelo Carmo (ALDEIA-VELHA), Elaine Paixão (DESENCARCERABA), Fernanda Santos, Shirley Leitão, Marcia Lemos (ADUSB), Mariceia Guedes (ALDEIA-VELHA), Valdecila Lima (USP), Carla Benitez (UNILAB), Alexis Magnum Azevedo de Jesus (ORGANIZAÇÃO), Annie Hsiou (ORGANIZAÇÃO), Caroline Lima (ORGANIZAÇÃO), Francieli Rebelatto (ORGANIZAÇÃO), Gisvaldo Silva (ORGANIZAÇÃO), Helga Maria de Paula (ORGANIZAÇÃO), Leticia Nascimento (UFPI), Paula Alves (ADUFMAT), Deise Maito (UEMG), Lucas Pereira de Melo (ADUSP), Márcia Adriane, Demétria (PSOL).

III SEMINÁRIO INTEGRADO DO GTPCEGDS ANDES-SN

17h30 – Painel: *A luta das pessoas com deficiência e a luta anticapacitista no âmbito do Sindicato*

Convidadas: Fernanda Scholnick e Fernanda Vicari

Coordenação da mesa: Helga Martins

Relatoria: Caroline Lima

Após Helga convidar Fernanda à mesa, a palestrante se autodescreveu e falou da sua trajetória. Iniciou a exposição analisando o vídeo exibido (<https://www.youtube.com/watch?v=b0pbNuZOxkc>) e apresentou breve histórico do movimento de Pessoas com Deficiência. Em 1980, o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes; Em 1981 - Ano internacional das Pessoas Deficientes e do Primeiro Congresso de Pessoas Deficientes e 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes em Recife; e no processo estatuinte entre 1987 e 88 – Assembleias Nacionais Constituintes; em 1991 - Lei de cotas: 8213/91; 1999 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); nos anos 2000 teremos 3 conferências nacionais da pessoas com deficiência; 2007 – Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; 2017 - Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – 13146/15.

Fernanda tratou de como há poucos espaços para o debate da luta e dos direitos para as pessoas com deficiências, outro elemento importante é o problema de pessoas sem deficiência acham que podem falar por nós (PCD); a esquerda festiva pega nossas bandeiras e não se comprometem em garantir nossos direitos. Apresentou o conceito de pessoas com deficiência e do avanço e evolução do conceito de deficiência penando o modelo médico e modelo social. A luta das pessoas com deficiência enquanto movimento social, na luta anticapacitista, fazendo a interlocução com a questão das e dos trabalhadores com deficiência e a luta de classes, que tem de ser indissociável a luta anticapacitista. Não há como desvincular a luta anticapacitista a luta anticapitalista. Nossos corpos incomodam! Nossa existência é rejeitada.

Problemática: Enquanto organização política, como os trabalhadores e sindicalizados percebem e avaliam esta recorrência de trabalhadoras e trabalhadores com deficiência e sua participação efetiva na luta coletiva?

Debate e contribuições:

O que fazer nas nossas ssind e nas universidades para superar a forma que tratam os corpos das pessoas com deficiência?

Nossas Universidades não avançam para garantir acessibilidade e na garantia da permanência das pessoas com deficiência na educação superior;

Quais são as ações do ANDES-SN na defesa dos direitos da(o)s docentes com deficiência.

a) O ANDES-SN vem fazendo espaços de formação para tratar as pautas e direitos das pessoas com deficiência; Painel sobre a luta por direitos sexuais e reprodutivos em Santa Maria em 2018, com a presença de companheira Anahí Guedes de Mello, militante e pesquisadora da UFSC, pesquisadora do Instituto ANIS;

b) Debate sobre a luta capacitista nas reuniões do GTPE;

c) Campanha de sindicalização voltada para docentes PCD;

d) Resoluções congressuais pautando na política sindical a luta em defesa dos direitos das PCD;

e) Incorporação das agendas do Movimento das PCD;

f) Em nossos espaços: inscrição prevendo a participação das pessoas com deficiência para garantir tradutores de libras; hoje vocês receberam orientações da autodescrição, amanhã teremos aqui professora com baixa visão; acessibilidade para PCD nos nossos espaços formativos e deliberativos;

g) Esse debate hoje na mesa com duas companheiras PCD para nos formar, debater e formular política sindical, apresentarmos ao congresso incorporação dessas pautas em nosso plano de lutas dos setores das IFES; IEES/IMES

h) Esse debate é novo em nosso sindicato, ele tem como marco 2017, quando incorporamos a luta anticapacitista e desde então estamos avançando, é o suficiente? Não! Tanto que estamos aqui hoje falando disso, agora pensando os espaços do sindicato e a pauta corporativista.

Elementos importantes para a consolidação das indicações na roda de conversa:

Importante considerar as questões raciais e de gênero na luta anticapacitista; Protagonismo das pessoas com deficiência em todos os nossos espaços; Pensar políticas da permanência das crianças com deficiência e estudantes com deficiência na graduação e pós-graduação; Lutar para as políticas de cotas para as pessoas com deficiência seja garantida;

25 de novembro de 23 – 08h - Ato Público pelo dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres; dia de solidariedade as mulheres palestinas

Participação: Maracatu Àse D'Ori

Local de concentração: Pórtico da UFS

V SEMINÁRIO NACIONAL DE REPARAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS DO ANDES-SN

Local: Prédio de Didática 5 – Auditório

09h - Mesa 1 – Os 20 anos das lutas pelas Cotas: fortalecer as conquistas e ampliar as lutas

Convidada(o)s: Leticia Carolina Nascimento; Jucelho Dantas da Cruz; Angelo Pataxó; Arilson dos Santos Gomes

Coordenação: Gisvaldo Oliveira

Relatoria: Caroline Lima

Na exposição da(o)s convidada(o)s apareceram os seguintes elementos: Da existência do racismo nos espaços políticos e institucionais. E como a população negra disputou esses espaços, a imprensa marcou essa história com racismo e rejeição a representatividade negra. Há 20 anos, as pessoas que eram contrários às cotas usavam como justificativa a mestiçagem: como saberemos quem é negro no Brasil? Isso foi superado e avançamos.

Quem entra pelas cotas também passam por seleções meritocráticas, pois fazem prova, precisam estudar! Não há privilégio. As cotas expuseram o privilégio da branquitude, o direito universal é importante, e o movimento negro não é contra o direito universal, as cotas vem garantindo a entrada de jovens negros na educação superior.

As comissões de heteroidentificação, ela é passível de verificação, mas tem um papel de mediar e evitar as fraudes. A constituição, no seu Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Sobre os povos indígenas: Povos marcados pelo extermínio, pelo estereótipo de ser preguiçoso e a negação de ser indígena. A demarcação das terras indígenas não é caridade e nem vontade de governo, é fruto de luta a terra é nossa! A luta das mulheres indígenas foi fundamental no processo de enfrentamento da extrema direita. Há uma dívida histórica do Estado brasileiro com os povos indígenas. Houve uma desumanização dos povos indígenas e isso justificava a retirada de direitos e a diáspora do povo pataxó. Fogo de 1951. Sobre Ingresso/Permanência:

- Editais específicos que respeitam a cultura, a língua, costumes, crenças, tradições e diversidade dos povos indígenas.
- LICEEI – UNEB. Programa com dificuldade de repasse, reconhecimento do curso, aula tinha que ser no campus (2008 a 2019 de curso).
- LINTER – IFBA- Bolsa, programa, dificuldade de repasse (08 anos).
- UFMG - curso regular, bolsa permanência, auxílio estudantil, programa de residência.

Nós queremos uma educação diferenciada sim, mas do nosso jeito, não queremos ser colonizados de novo! A política de cotas para os povos indígenas deve respeitar a nossa forma de existir e organização.

Necessário destaque a importância do povo cigano num seminário do ANDES, somos poucos docentes ciganos nas universidades. Falou da bandeira do povo cigano,

apontou o silêncio sobre políticas públicas para os povos ciganos. O Estado não garante espaço para ciganos nas equipes técnicas de políticas públicas; isso dificulta a articulação de políticas públicas e de reparação e ações afirmativas para essa população.

A narrativa da criminalização do povo cigano construiu uma discriminação contra essa população. A literatura brasileira reproduziu falas discriminatória contra os povos ciganos. Se apresentou o histórico das políticas genocidas de estado na Alemanha nazista, na Suíça, por exemplo. Fundamental a produção de materiais e espaços formativos sobre o povo cigano e a necessidade de inclusão dessa população nas Universidades; UNEB pioneira com cota para o povo cigano.

Sobre a população Trans/Travesti indicou-se os dados sobre a ausência destes corpos na carreira docente e nas universidades públicas. 90% de travestis e mulheres trans no Brasil vivem compulsoriamente da prostituição (ANTRA). 82% dos trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos (Rede Trans). A classe trabalhadora tem cor, gênero, sexualidade e precisamos analisar a categoria trabalho a partir de um debate interseccional.

As crianças travestis estão sendo expulsas da escola! Não evasão escolar, é expulsão, marcada por violência e extermínio da população Trans/Travesti. Um número pequeno de pessoas Trans/Travesti entram na educação superior, o que legitima a necessidade de cotas para a população Trans/Travesti.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) publicou a 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior que estima que em 2018 apenas 0,8% de pessoas nas universidades federais do Brasil são transvestigêneres, um total de 11.114 pessoas. Esse total é dividido da seguinte forma: Mulheres Transexual/Transgênera: 0,1% (1.676); Homem Transexual/Transgênero: 0,1% (1.703); e Não-Binário 0,6% (7.735). Isso aponta a necessidade de políticas de reparação e ações afirmativas.

“Os episódios mais comuns de transfobia institucional são, é, o não reconhecimento” Trix Gomes (2021)

“[...] uma das coisas que me fazem ter muita raiva da Universidade é que está o meu nome morto em todos os e-mails, todas as atividades[...]” Akin Alencar (2021)

“Então isso é um requerimento que eu fiz, não está nem com dois dias que eu preparei. Você tem que enviar para a reitoria para eles aprovarem, tem toda uma burocracia.” Lai Nepomuceno (2021).

Fundamental nosso sindicato integrar essa luta.

Elementos importantes para a consolidação das indicações na roda de conversa:

Precisamos ter cuidado sobre a inclusão da(o)s parda(o)s nas políticas de reparação e ações afirmativas. Cobrar das Universidades, IF e Cefet as condições de permanência da(o)s cotistas e de uma prática antirracista, antilgbtfóbica. A existência das Comissões de Heteroidentificação contribuem na luta na garantia as cotas e barrar as fraudes. Espaços de debate e grupos de pesquisa hoje tem um papel de acolhimento das vítimas de transfobia. O sistema institucional que buga e não garante a não binariedade. Evasão no PIBIC, inclusive dos bolsistas voluntária(o)s. Pensar as bolsas de

permanência, não só as meritocráticas. Os protocolos de acolhimento e de combate ao assédio precisam considerar a interseccionalidade das nossas marcações de classe, racial, de gênero, sexualidade.

12h30-14h Almoço

14h - Mesa 02 – Racismo institucional nas Universidades, IF e CEFET: combater, debater e enfrentar

Convidados: Caetana Melo (USP) e Ilzver Matos (UFS)

Coordenação da mesa: Leticia Carolina Nascimento

Relatoria: Gisvaldo Oliveira

A expositora e o expositor discorreram sobre o processo da luta encampada nas universidades, expressa por exemplo na luta dos coletivos e demais movimentos e entidades sindicais, desde o ano de 2022, pela implantação de ações afirmativas nos concursos públicos da USP.

Caetana Melo indicou que os movimentos sociais na USP propuseram uma meta de inclusão de 37% de docentes pretas, pretos, pardas, pardos e indígenas entre as contratadas e os contratados. Hoje, essa porcentagem é de apenas 2,3%. A USP conta com 5.531 docentes e apenas 125 deles não são brancos.

Ilzver Matos relatou sua origem como homem negro, filho da classe trabalhadora e que sofreu racismo institucional nos últimos anos. Disse que em 2019 foi aprovado em 1º lugar pelas cotas raciais e em 2º lugar na ampla concorrência para o Departamento de Direito (DDI) da UFS. Em outubro de 2022, havia três vagas abertas no DDI e, mesmo assim, a universidade não o empossou.

Após muita luta e uma longa batalha judicial, no dia 17 de março deste ano, foi empossado no cargo efetivo de professor. Na mesa se frisou que em 2014 foi promulgada a Lei nº 12.990, que determina a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos da administração federal para candidatas e candidatos que se declararem negros e negros.

No entanto, muitas universidades públicas ao realizarem seus processos seletivos, vaga por vaga, não têm destinado vagas para a reserva, conforme prevê a Lei. Ainda nas exposições relatou-se que o Conselho Universitário da USP aprovou uma resolução que estabelece pontuação diferenciada para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPIs) em concursos públicos de seleção de docentes, técnicas e técnicos. No caso dos concursos para ingresso de docentes, apenas em editais com mais de três vagas, seria aplicada reserva de 20% para PPIs.

Por fim, criticou a resolução: “Diante desse processo pouco participativo, sem ouvir efetivamente o movimento negro e os coletivos negros da universidade, consideramos a resolução insuficiente e inócua, visto que, de fato, as chances de modificar o quadro de composição de docentes da universidade são muito pequenas”. Afirmou que o Brasil não pensou em uma reparação para o povo negro, após o período da escravidão.

Falar sobre o espaço das universidades enquanto espaço democrático é falar sobre o ingresso de alunos e professores e professoras negras nesse território que, historicamente, sempre foi um espaço ocupado por pessoas da elite intelectual brasileira.

Elementos importantes para a consolidação das indicações na roda de conversa:

Continuar a luta em defesa da lei 12.990/14, na defesa das cotas raciais, fortalecer as pautas antirracistas na política sindical do ANDES-SN. Construção de protocolo de combate ao racismo em conjunto com os setores das IFES; IEES/IMES.

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL DO ANDES-SN

Local: Auditório da ADUFS

25 de novembro de 2023 - 9h30 - Mesa 01 – Violência de Estado e a marginalização da população LGBTQIAPNB+ na educação superior

Convidada(o)s: Rivânia Moura; Letícia Nascimento; Guilherme Dornelas Câmara

Coordenação: Helga Martins

Relatoria: Annie Schmaltz Hsiou

Realidade das pessoas trans e travestis no Ensino Superior. Ao longo dos anos a luta LGBTQIAPNB+ também avançou no âmbito da luta de classes, no bojo das demais pautas de liberdades democráticas. Reforça o uso da sigla LGBTQIAPNB+ que reconhece a diversidade de composição dentro da pauta. Reforça necessidade de iniciar falas em todas, todes e todos, nesta ordem, o que pauta primeiramente a luta das mulheres. Por ser negra e travesti abarca conceitos étnico-raciais e de gênero. Importância da presença de mulheres travestis na diretoria do Andes-SN: Letícia e Gabriele, fruto do debate dentro do sindicato nacional e do avanço da pauta na categoria, que se abre para a diversidade de pautas que nos atravessam.

A pauta LGBTQIAPNB+ não pode ser secularizada no sindicato. A gente se conhece mais onde nossos pés pisam, e por isso nossos pés precisam se movimentar para chegar nesses espaços, e o Andes-SN tem se deslocado para alcançar esses espaços. Levar para base o que este evento vem trazendo como formativo. Vai falar de uma realidade que o afeta. Ganho de espaço na esfera pública e também científico das pautas de LGBTQIAPNB+. Estado capitalista é violento. Neoliberalismo um projeto de classe capitalista que usa como instrumento de hegemonia desta classe, a violência de estado, que afeta a comunidade LGBTQIAPNB+ em diversos momentos.

Quando se fala dessas violências, estamos falando de homofobia e medo, um mecanismo que reforça um instrumento de poder. Esse medo atravessa os gêneros, as diversidades sexuais, também vai demarcar territórios e os “locais não adequados”.

Modelo social heteronormativo – um conceito importante porque as instituições sociais e as formas de comportamento reforçam a reprodução do que é o parâmetro normal, e o que difere da heterossexualidade é aquilo que não é o normal. Uma exploração da masculinidade de controle para tudo que seja feminino ou que parece feminino. Uma inviabilização sistemática, inicialmente na família.

E um dos casos também é na universidade, mas não é bem assim, porque também vai reforçar os mecanismos da heteronormatividade. Sistema de privilégios que se reforça cotidianamente entre as relações heteronormativas. Gera uma violência simbólica, mas

também uma violência física. Alto índice de mortalidade da comunidade LGBTQIAPNB+.

Uma pesquisa de 2022 com estudantes universitários LGBTQIAPNB+ e era generalizado que o ambiente universitário era para ser uma local diferente da família, e na verdade se reproduzia ainda mais os mecanismos heteronormativos, sem espaços de escuta e acolhimento para esta comunidade.

A violência de Estado com homens LGBTQIAPNB+. Dilema da expectativa de atender a maioria da sociedade quando o capital se apropria dos nossos comportamentos e identidades sexuais, como o pinkwashing, somos consumidores dentro do sistema capitalista. Porém temos que nos manter vivos! Porque não temos autorização para o que somos! Uma lógica excludente mesmo dentro do ensino superior, onde tratamos a evasão puramente por questões socioeconômicas, mas estão na verdade, conectadas com outras questões, como a comunidade trans, excluídas do trabalho economicamente mais rentável (como telemarketing).

Luta em unidade das diversidades dos oprimidos em uma luta popular contra a esse modo de vida que nos ataca tanto. Importância do sindicato em trazer pautas como a da mesa. Essas questões foram historicamente negadas no movimento sindical, abandonadas e invisibilizadas e ainda – não é uma pratica comum nos sindicatos. Lembra o congresso do Rio de Janeiro sobre a disputa sobre a linguagem reflexiva de gênero que não foi aprovado.

É um avanço muitas conquistas nos últimos anos do sindicato dentro das pautas de diversidade e identidade de gênero. Importante ressaltar que dentro da classe trabalhadora existem processos de exploração diferenciadas que se intensificam na sociedade capitalista. Precisamos compreender que as opressões são estruturantes da sociedade, que tentam nos “coisificar” e nos objetificar. Também compreender que o Brasil é o país que mais mata LGBTQIAPNB+ no mundo!

Esse padrão estabelecido não representa a sociedade capitalista. Duplo processo de violências das mulheres lésbicas: lesbofobia e machismo, se for negra: racista, lesbofóbico e patriarcal. Compreender a violência de estado no Brasil, entre os meses de agosto-setembro de 2023, 5.283 violações à população lésbica; aumento de estupro e violências sexuais na comunidade lésbica (estupro corretivo).

Dentro do movimento de mulheres e LGBTQIAPNB+, cada dia é um desafio, porque a invisibilidade da pauta é histórica, na família, na escola, nas relações públicas, é mais fácil fazer de conta que não existe. Confrontar é um desafio e para se constituir como um sujeito coletivo dessas questões, porque só assim podemos pautar essas questões, onde poderão construir políticas para essas comunidades, e por isso a luta do sindicato é importante.

A invisibilidade é que torna a dificuldade a comunidade LGBTQIAPNB+ em se articular coletivamente e politicamente. Citou a Lélia Gonzalez. Na escola se reforça o padrão heteronormativo, espaço clássico de reprodução dos papéis sociais e das padronizações da vida.

Dados da pesquisa brasileira da ABGLT, que 73% dos jovens que estão na escola que já foram agredidos pela sua orientação sexual (bullying), e chegam na universidade e essas questões são ainda mais fortalecidas. Avanço da extrema direita organizada que impõem desafios e limites para nossas pautas e avanços dos direitos LGBTQIAPNB+.

Parlamento brasileiro, maioria da direita e extrema-direita, está retroagindo em processo reacionário que deslegitima a questão do casamento homoafetivo. Que ataca

diretamente direitos relacionados ao do casamento em suas diversas esferas de direito público. É extremamente importante fazer a pesquisa de levantamento de perfil docente (quem nós somos?), que possa levar a políticas e permanência para a comunidade LGBTQIAPNB+, através de um processo educativo. Respeito ao nome social. Local para o acolhimento das denúncias sobre essas violências nas universidades; combater machismo, a questão dos banheiros.

Elementos importantes para a consolidação das indicações na roda de conversa:

Combater a narrativa de ódio da extrema direita nas Universidades, IF e CEFET. Combater a burocracia das IES que dificulta o registro deste tipo de denúncia e que a mesma tenha consequência. Na formalidade os institutos existem, mas existe apenas na formalidade, porque na prática são inoperantes.

Como sindicato temos que chamar a atenção para essas questões. Processo formativo é extremamente importante, mas é preciso capacitação para auxiliar no processo formativo da nossa categoria. O Andes-SN está cada vez mais avançando, dentro de um sindicato classista e atento a diversidade de sua classe.

Ocupar os espaços é política, e dentro dos espaços sindicais traz uma ruptura dentro do espaço. Por isso nós entendemos a importância de estarmos em todos os outros GTs. Que frequentemente não reflete em outros GTs. Esse espaço sindical é violento a nossa existência e sabendo disso, decidimos ocupa-lo. Não tem outra alternativa porque tem nome, é ocupar! “Jamais aceitarei que chamem a nossa pauta de identitária” Érika Hilton. Sou uma travesti trabalhadora, não deixo de ser trabalhadora por ser travesti.

13h – 14h Almoço

14h – Cultural Performance Navalha

V Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN

14h30 - Mesa 01 – Por um feminismo para toda a classe trabalhadora

Convidadas: Márcia Lemos, Ahnã Pataxó, Gabrielle Weber, Fernanda Scholnick, Cila Lima

Coordenação: Caroline Lima

Relatoria: Helga Martins

Observação: por conta de cancelamento de voos o que prejudicou a chegada de 2 palestrantes, concentramos os debates sobre transfeminismos no seminário de mulheres.

Debates centrais da mesa:

Sobre feminismo islâmico destacou-se a diversidade do seminário, a importância dos estudos sobre fundamentalismo. No Oriente Médio existe feminismo desde o início do século XX. Estuda movimento social de mulheres no Oriente Médio em países de maioria muçulmana. Feminismo islâmico (trabalha com paradigma religioso) possui os seguintes parâmetros:

- Todo feminismo é paradoxal porque deseja liberdade individual dentro do processo de solidariedade de gênero;

- Nawal el Sadawi: "...feminismo não é invenção do ocidente..." - 92% mulheres no Egito foram mutiladas.

Feminismos seculares muçulmanos: territorializado, transnacional e plural porque muda muito de país para país: todos sublimam aspectos étnico-religiosos (Egito-1923, anos 1970: Turquia, Irã (movimento sufragista: anos 1920), só nos anos 1920 surge outra forma: o ativismo islâmico: antifeminista, religioso, consideram feminismo algo ocidental.

- Lugar da pessoa com deficiência hoje no mundo do trabalho: capitalismo produz deficiência. 70% PCD não concluíram ensino formal, consequência: trabalho precarizado (receber menos, funções de alta periculosidade e exército de reserva. Projeto "Deficiência e Universidade": quais as condições de trabalho de professora(e)s com deficiência dentro da Universidade?

- Regulamentar artigos 34, 35, 37 da Lei de deficiência (condições de trabalho das pessoas com deficiência).

- Patriarcado e violência na esfera da produção e reprodução (para além da aparência do fenômeno): econômico, ideológico. Como a sociabilidade brasileira foi formada? Compreensão da classe como amálgama complexo de seres diversos entre si: compreender quem é nossa classe para mobilizá-la.

- Papel do feminismo na luta anticapacitista.

- Debate sobre a Lei de alienação parental e a articulação com a violência contra a mulher.

- Importância de o feminismo negro e indígena estarem nos nossos debates concretamente.

- Proposta de que haja uma publicação a partir dos debates realizados na mesa e no Seminário: TR propondo uma Revista Universidade e Sociedade a partir dos debates e proposta de publicação de um livro a partir dos acúmulos advindos do III Seminário Integrado do GTPCEGDS "Por um feminismo para toda classe trabalhadora".

- Papel da articulação das lutas (mulheres, movimento de negras e negros, anticapacitismo e luta LGBTQIAPNB+) na Universidade para a reorganização da classe: quem é a classe trabalhadora?

- Combate à violência contra a mulher em uma perspectiva internacionalista, racializada, generificada (mulheres palestinas): contribuições e aprimoramentos de nossas atuações em nossas bases (seções sindicais e Universidades, Institutos e Cefets): vínculo com mesas do dia 26/11 (protocolos e combate ao assédio).

Elementos importantes para a consolidação das indicações na roda de conversa:

A defesa de um feminismo que dialogue com a classe trabalhadora, que seja interseccional, que pautar a nossa ancestralidade, a luta anticapitalista, que pense o feminismo negro abolicionista e antipunitivista; um feminismo que defenda as pautas das mulheres e meninas/es com deficiência, negras, indígenas, LBT; ciganas; prevenir e combater a violência de gênero e sexualidade nos espaços do sindicato; debate do currículo, fazer essa discussão com as entidades da Educação ANDES; Sinasefe; CNTE; Fasubra.

Acumular nas reuniões do GTPCEGDS:

- O feminismo islâmico e mulçumano contribui na luta das mulheres negras e antirracista;

- Como se posicionar sobre LAP? Acumulo, o que é essa lei? Os impactos na vida das mulheres, na vida das crianças, o que motivou essa legislação? É a primeira vez que essa discussão aparece no GT e nos espaços do ANDES, aqui no ANDES-SN precisamos acumular.

17h – Lanche e Cultural

Cultural Trio pé de Serra - Gilson do Acordeon

26 de novembro de 2023 - V Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN

09h - Mesa 02 – Políticas de proteção e de combate a violência de gênero nas Universidades, IF e CEFET

Convidadas: Annie Schmaltz Hsiou; Milena Barroso; Deise Maito.

Coordenação: Gisvaldo Oliveira

Relatoria: Caroline Lima

Elementos importantes para a consolidação das indicações na roda de conversa:

Foi destacado na mesa que a universidade não é um lugar seguro para as mulheres. Que estuda entre outros temas violência contra mulheres e feminismo e que fez parte da equipe da pesquisa “Universidade sem violência: Um direito das Mulheres”.

Uma pesquisa entrevistou, em 2020, 1.116 pessoas entre docentes, técnicas e técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação, trabalhadoras e trabalhadores terceirizados das universidades do Estado do Amazonas (UEA), Federal do Amazonas (Ufam) e do Instituto Federal do Amazonas (Ifam), abrangendo unidades da capital e do interior. Foi destacado que cerca de 38% das e dos respondentes afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente acadêmico nos últimos cinco anos. “Quando a gente estimulou essa resposta com uma lista de comportamentos e atitudes, do que seriam essas violências (como o cerceamento de fala, constrangimentos diversos, assédio), esse número ampliou para 74%”. Entre os principais registros está o assédio moral, tanto presencial como pela internet (24%), humilhação (16%), assédio sexual, estupro ou importunação sexual (11%), e casos de discriminação social, racial e de gênero e sexualidade.

Das pessoas que relataram sofrer violência na universidade, afirmou que 73% são mulheres. A autoria da violência, conforme a pesquisa, é predominantemente de homens, em um total de 85% dos registros. “As violências são múltiplas na universidade, desde as mais diretas até outras que, de tão naturalizadas, se confundem com a própria instituição. Nesse sentido, a pesquisa é uma contribuição para as universidades pensarem em políticas de segurança e proteção às mulheres e à comunidade acadêmica no geral. A sensação de insegurança e a violência são alarmantes e se colocam como impeditivos importantes para o sucesso nos projetos e carreiras acadêmicas e profissionais”, afirmou a docente, que ressaltou a importância de abordar a temática na conjuntura atual e apontar possibilidades de enfrentamento.

Também foi compartilhado o resultado da sua pesquisa, intitulada “Assédio e violência de gênero na universidade: possíveis enfrentamentos”. As entrevistas foram realizadas com a comunidade universitária do campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), incluindo docentes, estudantes trabalhadoras e trabalhadores, e que identificou casos de assédio moral e sexual, estupro, violência institucional, violência com base em gênero e raça, entre outros. Uma das entrevistas realizada com um estudante negro na qual foi relatado que os assédios ocorriam mais com as pessoas negras na universidade. Foi identificado casos de violência institucional em que “a universidade buscou enfrentar a violência, fez sindicância e colocou na mesma hora para ouvir o agressor e o ofendido. Com isso, a pessoa foi revitimizada e sofreu uma violência institucional”.

Outra violência constatada, que atinge estudantes, é o trote - espécie de rito de passagem para ingressantes no ensino superior. Mesmo abolida em muitas instituições de ensino, a prática dos trotes ainda ocorre em universidades, faculdades, centros de ensino e fora das instituições. “Há reprodução da violência, em muitos casos com a violência física”. Na USP, o trote é proibido desde 1999.

Falou também das políticas de combate às violências promovidas pela instituição. Explicou que a partir de 2014, após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trote, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), para investigar ocorrências de violências físicas e discriminações de todos os tipos nas universidades paulistas, foram criadas redes de apoio e comissões para o enfrentamento da violência de gênero. Durante o ano de 2020, foi desenvolvido um protocolo de atendimento para casos de violência de gênero que explica todas as etapas do atendimento, fornecendo informação e maior segurança para testemunhas ou vítimas.

Por fim, “Diante das violências expostas, é necessário, em primeiro lugar, garantir o acolhimento das pessoas que passam por situação de violência. Depois, garantir a permanência delas na instituição, sejam estudantes, docentes, técnicos e terceirizadas, porque garantir a permanência é enfrentar a violência e isso não se faz apenas com a punição de agressores”.

Também foi dito que os avanços na luta do Sindicato Nacional no combate aos assédios moral e sexual, e na promoção da paridade de gênero na direção da entidade, que exige no mínimo 50% de mulheres na direção. Ambas as políticas são consideradas importantes em prol da luta das mulheres e resultam dos debates dentro e fora do Sindicato. Apesar dos passos dados, ressaltou que ainda é necessário avançar.

O Sindicato e as seções sindicais, por mais que tenham contribuído no avanço da luta contra assédios e violências dentro das Universidades, IF e Cefets, ainda reproduzem as opressões da sociedade capitalista (machista, racista, lgbtfóbica e capacitista) dentro das relações interpessoais da entidade”. A necessidade de um protocolo de conduta em um sindicato é essencial para estabelecer diretrizes éticas, promover celeridade e lisura das denúncias e garantir que as partes envolvidas sejam tratadas de maneira adequada nos marcos da prevenção e da apuração dos fatos. Considera que isso ajuda a prevenir abusos de poder no âmbito das relações hierárquicas, sejam entre diretora(e)s, diretora(e)s/funcionária(o)s e as relações entre funcionária(o)s, no intuito de promover a consciência sobre condutas e relações pessoais dentro do espaço sindical.

11h – Roda de conversa: Indicações de políticas sindicais para enfrentamento às opressões.

Coordenação: Caroline Lima

Relatoria: Helga Martins

Sistematização apresentada e aclamada pela(o)s participantes:

- O ANDES-SN em conjunto com suas seções sindicais e secretarias regionais, fomenta debates sobre o abolicionismo penal e práticas antipunitivistas, e, onde seja possível, participe e construa ações e atividades com os movimentos e frentes que lutam pelo fim do encarceramento em massa;

- Que o GTPCEGDS e o GTPFS façam reunião conjunta pautando o tema do abolicionismo penal e a luta pelo desencarceramento, como espaço de fortalecimento da luta antirracista e de combate ao projeto de segurança pública pautado no genocídio da juventude negra e no punitivismo penal;

- Que o GTPCEGDS, GTPE e o GTPFS façam reunião conjunta pautando a luta das mulheres ciganas, indígenas e negras nas Universidades, IF e CEFET; garantindo o protagonismo das mulheres ciganas, indígenas e negras;

- Que o ANDES-SN em articulação com suas secretarias regionais e seções sindicais intensifiquem a luta por garantia de acessibilidade e da permanência das pessoas com deficiência na educação superior;

- Que o ANDES-SN em conjunto com as suas secretarias regionais e seções sindicais lutem pela garantia dos artigos 34 e 36 do estatuto das pessoas com deficiência, que obrigam as Universidades, IF e CEFET dar estrutura de trabalho, material didático e auxílio para servidora(e)s e estudantes com deficiência;

- Considerar as contribuições do feminismo abolicionista, do feminismo decolonial – contribuições para combater a violência e pensar alternativas para superar as opressões e a lógica punitivista;

- Nas atividades formativas do ANDES-SN e de suas secretarias regionais considerar as questões étnico-raciais, de sexualidade e de gênero na luta anticapacitista, dando protagonismo para as pessoas com deficiência nos nossos espaços;

- Lutar por políticas da permanência para crianças e adolescentes com deficiência na educação básica e estudantes com deficiência na graduação e pós-graduação;

- Intensificar as lutas pela garantia das cotas para as pessoas com deficiência;

- Defender e lutar por políticas de Estado e nas Universidades, IF e CEFET, que garantam cotas para a população Trans/Travesti no ingresso a educação superior;

- Defender e lutar por políticas de Estado que garantam cotas para a população cigana no ingresso a educação superior;

- Intensificar a luta por reparação e ações afirmativas, pela manutenção/renovação e ampliação da lei 12.990/14 nos concursos públicos;

- Luta na defesa das Leis de Cotas para PCD;

- Lutar e defender por atendimento psicológico garantido pelas Universidades, IF e CEFET para as(os) docentes em situação de vulnerabilidade e/ou passaram por situações de violências;

- Intensificar a luta pela garantia das comissões de heteroidentificação;

- Defender e lutar pelas LICEEI e Licenciatura escolar quilombola, na garantia de orçamento e funcionamento das licenciaturas indígenas, respeitando as dinâmicas sociais das diferentes etnias indígenas e quilombolas;

- Edição Especial da Universidade e Sociedade sobre um Feminismo para toda classe trabalhadora, tratando do feminismo negro, do feminismo anticapacitista; do feminismo mulçumano; feminismo decolonial; feminismo indígena; feminismo socialista; feminismo classista; Transfeminismo; feminismo lésbico; feminismo cigano;
- Que o ANDES-SN divulgue os trabalhos de intelectuais com deficiência, negra(o)s, indígenas, de mulheres, LGBTQIAPNB+ que constroem a luta de classes, contra as opressões e em defesa da Universidade pública, gratuita, laica, diversa e com orçamento público;
- Os protocolos de acolhimento e de combate ao assédio moral e sexual precisam considerar a interseccionalidade das nossas marcações de classe, racial, de gênero, sexualidade; e outros atravessamentos, xenofobia.
- Que o GTPCEGDS em conjunto com os setores das IFES, IEES/IMES construa protocolo de prevenção e combate aos assédios moral e sexual; Racismo; LGBTfobia; Capacitismo, para compor nossa pauta na luta por carreira e salários junto aos Governos Federal, Estadual e Municipal, ANDIFES, ABRUEM, Condicap.
- O debate do colorismo está bem forte; não vamos superar essa discussão nesse espaço e nem impor aos movimentos negros qualquer debate, precisamos acumular;
- A defesa de um feminismo que dialogue com a classe trabalhadora, que seja interseccional, que paute a nossa ancestralidade, a luta anticapitalista, que pense o feminismo negro abolicionista e antipunitivista; um feminismo que defenda as pautas das mulheres e meninas/es com deficiência, negras, indígenas, LBT; ciganas;
- Prevenir e Combater a violência de gênero e sexualidade nos espaços do sindicato;
- Debate sobre o conceito de abolicionismos;
- A luta contra as opressões é parte da luta anticapitalista; as opressões são anteriores ao capital;
- Debate do currículo, fazer essa discussão com as entidades da Educação ANDES; Sinasefe; CNTE; Fasubra
- Regionais apoiarem ações formativas do GTPCEGDS nas ssind;

Acumular nas reuniões do GTPCEGDS:

O feminismo islâmico e mulçumano contribui na luta das mulheres negras e antirracista;

Como se posicionar sobre LAP? Acumulo, o que é essa lei? Os impactos na vida das mulheres; na vida das crianças; o que motivou essa legislação? É a primeira vez que essa discussão aparece no GT e nos espaços do ANDES, aqui no ANDES-SN precisamos acumular.

13h30 – Encerramento